

**POLÍCIA**  
**MILITAR**  
DE MINAS GERAIS  
*Nossa profissão, sua vida.*

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EAP - 1º TEN QOPM/2009

|             |   |   |   |   |
|-------------|---|---|---|---|
| 1ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 2ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 3ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 4ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 5ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 6ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 7ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 8ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 9ª QUESTÃO  | A | B | C | D |
| 10ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 11ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 12ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 13ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 14ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 15ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 16ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 17ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 18ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 19ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 20ª QUESTÃO | A | B | C | D |

|             |   |   |   |   |
|-------------|---|---|---|---|
| 21ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 22ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 23ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 24ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 25ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 26ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 27ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 28ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 29ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 30ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 31ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 32ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 33ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 34ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 35ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 36ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 37ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 38ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 39ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 40ª QUESTÃO | A | B | C | D |

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2009.

(a) FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM  
CHEFE DO CRS



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º  
TENENTES DO QOPM, QOE, QOC, 1º SARGENTOS DO QPE E 3º  
SARGENTOS DO QPPM E DO QPE, PARA O ANO DE 2009, PROVA II.**

## **EAP - 1º TEN QOPM/2009**

(Edital DRH/CRS nº 12/2009, de 10 de junho de 2009)

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

### **INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

**1ª QUESTÃO** – As forças policiais detêm poder discricionário para o exercício de capturas, detenções e uso da força, podendo utilizá-los em situações de aplicação da lei para alcançar os objetivos legítimos, cumprindo, assim, eficazmente suas funções e deveres.

Sobre o Emprego da Força pelo policial, conforme descrito no Manual de Prática Policial, volume 1, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A conveniência do uso da força diz respeito ao momento e ao local da intervenção policial.
- B. ( ) O tratado internacional que estabeleceu os princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo, ao ser referendado pelo Brasil, passou a integrar o normativismo jurídico nacional.
- C. ( ) O nível do uso da força é mensurado desde o primeiro contato físico do policial com um suspeito até a utilização da arma de fogo, em uso extremo.
- D. ( ) O uso letal, intencional, da arma de fogo pelo policial somente poderá ser feito quando estritamente necessário para a proteção da vida ou do patrimônio.

**2ª QUESTÃO** – As técnicas de Verbalização são comumente utilizadas para atuar em ocorrências ou efetuar prisões de suspeitos. Sua correta utilização minimiza os riscos e maximiza os resultados durante uma abordagem policial.

O Manual de Prática Policial, volume 1, ao tratar do assunto, estabelece várias considerações que esclarecem a abordagem verbal. Neste sentido, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) Se possível, durante a verbalização, esteja com a arma pronta, na posição de busca “01” ou “02”, conforme o nível de risco determine;
- B. ( ) Use tom de voz vigoroso, se impondo para o suspeito com rigor e imperatividade, lembrando que a maneira como ele olha para o policial significa intolerância ou desafio;
- C. ( ) Se possível, ao verbalizar, esteja frente a frente com o suspeito, pois a abordagem verbal deve ocorrer com a visualização da postura do policial pelo suspeito;
- D. ( ) Estabeleça um marco definitivo para a verbalização, evitando que a abordagem se prolongue excessivamente, usando, por exemplo, o comando “vou lhe dizer pela última vez”.

**3ª QUESTÃO** – De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, além das ressalvas legais previstas nos artigos 234, § 1º, e 242, ambos do Código de Processo Penal Militar, alguns fatores são incluídos na decisão de algemar um suspeito.

Sobre estes fatores, dentre as alternativas abaixo, marque a CORRETA:

- A. ( ) Elevada idade do suspeito, devido ao amparo previsto no Estatuto do Idoso.
- B. ( ) Possibilidade de agravamento da ocorrência.
- C. ( ) O fato do suspeito ser portador de enfermidade grave.
- D. ( ) Presença da imprensa no local da ocorrência.

**4ª QUESTÃO** – O planejamento tático é um importante aliado para controlar situações de alto risco. Como parte deste planejamento, os conceitos-chaves irão ajudá-lo a compensar eventual desvantagem, interferindo no processo de pensamento do suspeito. Trata-se de conceito-chave do planejamento tático, dentre outros:

- A. ( ) Dissimulação: uma vez utilizada, proporciona ao suspeito dificuldades para sua identificação, confundindo sua real percepção dos fatos.
- B. ( ) Autoconfiança: Você está bem preparado tecnicamente e poderá a qualquer tempo controlar aquela situação de risco.
- C. ( ) Ação preventiva vigorosa: antecipando toda e qualquer ação do suspeito.
- D. ( ) Ocultação: se o suspeito não sabe exatamente onde você está, ele terá dificuldades em identificá-lo para um ataque.

**5ª QUESTÃO** – Durante uma intervenção policial, desencadeada em área aberta (constituída por pátio, ruas largas e área entre edifícios), um grupo de policiais militares, ao reunirem-se com o Tenente que comandava a operação, recebeu orientações sobre os deslocamentos que seriam realizados naquele local.

Fundamentado no Manual de Prática Policial, volume 1, o Tenente orientou que os movimentos dos policiais deveriam seguir determinados princípios. Neste sentido, leia atentamente as assertivas abaixo, referentes aos princípios que orientam os deslocamentos em áreas abertas e, a seguir, assinale a alternativa CORRETA:

I – cruzando uma área aberta onde há risco real ou potencial, faça-o com silhueta baixa e o mais rápido possível;

II – devem ser utilizados movimentos em diagonal ou em “zigue-zague”, pois dificultam a visualização e disparo de arma pelos criminosos contra os policiais;

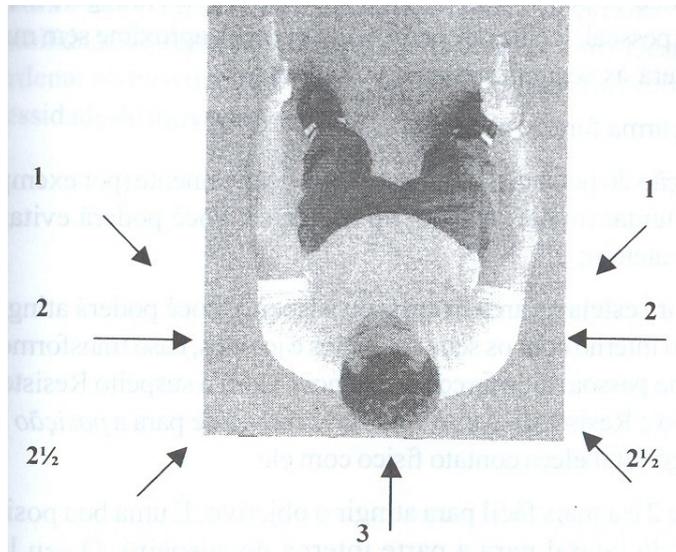
III – o grupo de policiais deve cruzar a área aberta homem-a-homem, pois assim diminuem a possibilidade de um eventual atirador atingir mais de um policial ao mesmo tempo.

- A. ( ) Apenas a assertiva II está correta.
- B. ( ) Apenas a assertiva III está correta.
- C. ( ) Apenas a assertiva I está correta.
- D. ( ) As assertivas I, II e III estão corretas.

**6ª QUESTÃO** - Trata-se de uma circunstância atenuante, especificada no CEDM, que deverá ser observada no julgamento de transgressão disciplinar:

- A. ( ) Caso fortuito, devidamente comprovado pelo transgressor.
- B. ( ) Evitar dano ao serviço, à ordem pública ou à disciplina militar.
- C. ( ) Estar classificado no mínimo no Conceito “B”, com pontuação superior a 25 pontos.
- D. ( ) Ter sido cometida a transgressão por motivo de relevante valor social ou moral.

7ª QUESTÃO – Observe a figura abaixo:



O Manual de Prática Policial, volume 1, no capítulo que trata do Posicionamento Tático para a Abordagem, ensina que após reduzir a distância entre o policial e o suspeito, há várias posições que podem ser adotadas para atingir o objetivo de dominar tal suspeito.

A respeito deste assunto, conforme prescrito no Manual de Prática Policial, volume 1, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Aproximando-se pela frente, o policial nunca deve utilizar a Posição 1, pois nela existe maior invasão do espaço pessoal.
- B. ( ) Independente da posição em que estiver, sempre que se aproximar para dominar um suspeito, o policial deve manter suas mãos elevadas, em uma postura de pronta reação.
- C. ( ) Para efetuar pegadas eficientemente é necessário que o policial se aproxime pela Posição 1, o mais rápido possível, pois é a mais segura ao possibilitar a “vantagem de ângulo”.
- D. ( ) Para dominar o suspeito na posição de pé, o melhor ponto de aproximação é o de número 2.

8ª QUESTÃO - À luz do CEDM é correto afirmar sobre a Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD da PMMG, o seguinte:

- A. ( ) A função de interrogante/relator deverá ser exercida pelo militar mais moderno da Comissão.
- B. ( ) A presidência da Comissão deverá ser exercida por oficial do QOPM.
- C. ( ) O primo do militar acusado no Processo encontra-se, tecnicamente, na situação de suspeição para integrar a CPAD.
- D. ( ) O impedimento e a suspeição poderão ser alegados a qualquer tempo no curso do processo, sendo ambos aspectos de nulidade dos autos.

**9ª QUESTÃO** – Tendo em mente o conteúdo do Manual de Prática Policial, volume 1, leia atentamente o enunciado abaixo e, a seguir, responda.

Durante o atendimento a uma ocorrência policial, a guarnição do Comando Tático Móvel, liderada pela Ten Da Força, deparou com determinada situação que motivou a Oficiala solicitar cobertura de mais viaturas e efetivo, tendo em vista a necessidade de aumento do nível de força a ser empregado na intervenção policial.

Dentre as variáveis abaixo, assinale aquela que NÃO pode justificar o aumento do nível de força pelos policiais comandados pela Tenente:

- A. ( ) Nível de habilidade técnica em tiro policial dos militares envolvidos.
- B. ( ) Tipo físico, idade e sexo dos policiais em relação às mesmas variáveis dos indivíduos suspeitos.
- C. ( ) Estado mental dos policiais e dos suspeitos no momento do confronto.
- D. ( ) Desproporção entre o número de policiais e número de suspeitos envolvidos.

**10ª QUESTÃO** – A respeito das Técnicas de Varredura, previstas no capítulo que trata dos Deslocamentos Planejados, do Manual de Prática Policial, volume 1, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A Olhada Rápida é técnica também conhecida na literatura policial como “fatiar a torta”, e busca alcançar a “visão em túnel”, isto é, uma visão estreita mas completa do ambiente.
- B. ( ) A Tomada de Ângulo é realizada com aproximação lenta e gradual da esquina e, em uma fração de segundos, o policial expõe a cabeça, observa o ambiente e retorna à posição abrigada.
- C. ( ) O Uso do Espelho é uma técnica simples e constitui-se da varredura com o espelho, de baixo para cima ou vice-versa, explorando pontos não previsíveis ao suspeito, observando todos os ângulos.
- D. ( ) O ideal nas técnicas de varredura é que o policial domine completamente apenas uma delas e utilize-a sempre, buscando aprimorar sua capacidade de fixar a observação em um ponto desejado (visão em túnel).

**11ª QUESTÃO** – “Está demonstrado que não apenas no Brasil, mas em todo mundo, a decisão da comunidade em participar do processo da segurança pública é condição necessária para o atingimento de resultados satisfatórios em termos de contenção da criminalidade violenta.”.

Baseado no conteúdo da DPSSP nº 01/2002, no que se refere aos pressupostos básicos e princípios da Polícia Comunitária, assinale a alternativa CORRETA:

- A. ( ) Deve haver transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle pela população.
- B. ( ) Deve ser dada preferência pelo emprego do policiamento motorizado, alcançando uma maior parcela da comunidade.
- C. ( ) A busca incessante pelo atendimento à comunidade conduz à ênfase na identificação e prisão de agentes de delito em determinada localidade. Prender o criminoso é o mais importante, pois traz tranquilidade às pessoas.
- D. ( ) Perceber a delinqüência ou a marginalidade deve ser atributo mais presente nos policiais-militares designados para o policiamento comunitário.

**12ª QUESTAO** – Baseado no conteúdo da Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002 – CG (DPSSP nº 01/2002), que trata do emprego da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, leia atentamente o enunciado abaixo e as alternativas seguintes, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas. A seguir, assinale a seqüência CORRETA das respostas.

A Polícia Orientada por Resultados, conceito contemporâneo e progressista de “ser” e “fazer” polícia ostensiva, é um novo modelo de gestão pública e possui como alguns de seus princípios estratégicos:

- ( ) Modelo gerencial favorecedor das ações/operações descentralizadas.
- ( ) Policiamento orientado para a solução de problemas.
- ( ) Foco nos resultados, onde a quantidade deve prevalecer sobre a qualidade.
- ( ) Ênfase na repressão qualificada e rapidez no atendimento (esforço repressivo inteligente).
- ( ) Uso do geoprocessamento e indicadores estatísticos de segurança pública.

- A. ( ) F V V V F.
- B. ( ) V F V F V.
- C. ( ) V F F V F.
- D. ( ) V V F F V.

**13ª QUESTÃO** – Até a alteração legal que sanou definitivamente o enquadramento do “Seqüestro relâmpago” no arcabouço jurídico brasileiro, o tema gerava grande confusão. Inobstante o aspecto legal, a PMMG, na busca de padronização de procedimentos que caracterizasse a modalidade delituosa de forma clara, no ano de 2002, através de documento interno, delineou os aspectos referentes ao “modus operandi” dos infratores. A respeito do “modus operandi” dos agentes do delito, conforme contido no Memorando nº 30.668.6/09, são corretas as alternativas abaixo, **EXCETO**:

- A. ( ) Abordagem da vítima apenas motorizada, e no período noturno;
- B. ( ) Retenção da vítima para garantir continuidade da ação;
- C. ( ) Saque na conta bancária da vítima e/ou cartão de crédito;
- D. ( ) Abandono da vítima e/ou veículo em local que proporcione a fuga dos agentes.

**14ª QUESTÃO** - No Decreto nº 42.843/02 encontra-se prevista a estrutura e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), sendo correto afirmar a respeito do referido Conselho o seguinte:

- A. ( ) O prazo para que o Conselho manifeste o seu parecer em uma Nota Meritória é de cinco dias corridos.
- B. ( ) O tio do militar da ativa da PMMG, encontra-se impedido de compor um CEDMU no qual o seu aludido parente acusado terá um ato de natureza disciplinar a ser analisado.
- C. ( ) Assessorará o Comandante da Unidade proferindo parecer em Sindicâncias Regulares, Procedimentos Sumários, IPM e assuntos correlatos.
- D. ( ) O militar designado para fazer parte do CEDMU não poderá estar no Conceito B e nem possuir pontuação negativa.

**15ª QUESTÃO** – O Planejamento Estratégico, definido pelo nível institucional da organização, através da ampla participação de todos demais níveis e negociação quanto aos interesses e objetivos envolvidos, representa a maneira pela qual tal organização se comporta frente ao ambiente que a circunda.

Os responsáveis pelo planejamento devem primar pela observância de determinados princípios básicos, para bem cumprir suas atribuições legais.

Com base nesta assertiva, lembrando o conteúdo da Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002 a respeito destes princípios, relacione a 1ª coluna de acordo com a 2ª coluna e em seguida marque a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- |                   |     |                                                                                                                        |
|-------------------|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Integralidade  | ( ) | As ações devem ser permanentes e sujeitas à avaliação constante.                                                       |
| 2. Sistemática    | ( ) | Consistência e adequação às exigências de administrar os recursos públicos de forma efetiva.                           |
| 3. Simultaneidade | ( ) | Conjunto de ações desenvolvidas nos âmbitos policial-operativo, sócio-comunitário, legislativo-judicial e informações. |
| 4. Focalização    | ( ) | Complexidade do problema e suas manifestações exigem ação coordenada e ao mesmo tempo em diversos planos e setores.    |
| 5. Coerência      | ( ) | Concentração de esforços preventivos, atendendo a variáveis sócio-espaciais, em curto e médio prazo.                   |

- A. ( ) 3, 1, 5, 4, 2  
B. ( ) 5, 1, 3, 2, 4  
C. ( ) 4, 3, 1, 5, 2  
D. ( ) 2, 5, 1, 3, 4

**16ª QUESTÃO** – O policiamento velado é uma atividade de preservação da ordem pública em apoio ao policiamento ostensivo, empregando militares em trajes civis e cujas características, princípios e variáveis devem ser corretamente internalizadas por aqueles que possuem funções de comando. Com fundamento na DPSSP nº 01/2002, acerca do Policiamento Velado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. ( ) As atividades do Policiamento Velado e do pessoal da P2, do Sistema de Inteligência da Polícia Militar, possuem como característica comum a realização de busca contínua de informações, nos campos da Segurança Pública e Segurança Integrada.
- B. ( ) A objetividade, a inferência e a capacidade são princípios norteadores do Policiamento Velado.
- C. ( ) Muitos princípios norteadores do Policiamento Ostensivo são comuns aos do Velado.
- D. ( ) O policiamento velado é executado exclusivamente de forma Precursora, antecipando o lançamento do policiamento ostensivo.

**17ª QUESTÃO** – O memorando nº 30.668.6/09, do EMPM, traz ao conhecimento dos policiais militares que, com o advento da lei nº 11.923/09, que adequa a tipificação do chamado “Sequestro relâmpago” no Código Penal Brasileiro, buscou-se alcançar o objetivo principal de dirimir o impasse jurídico acerca da distinção entre os crimes de roubo e extorsão. A este respeito, com base no contido no Memorando em epígrafe, dentre as alternativas abaixo, assinale V para as verdadeiras e F para as falsas e, a seguir, marque a seqüência CORRETA das respostas:

- ( ) Na extorsão é prescindível o comportamento da vítima, a entrega do bem é ato voluntário, enquanto no roubo é imprescindível.
- ( ) No roubo há subtração, na extorsão há tradição.
- ( ) No roubo, o proveito é contemporâneo e o mal prenunciado à vítima iminente.
- ( ) No roubo, o crime é cometido por uma ou mais pessoas; na extorsão, para configuração do tipo penal, é necessário o concurso de agentes.

- A. ( ) F V F V
- B. ( ) F V V F
- C. ( ) V F V F
- D. ( ) V F F V

**18ª QUESTÃO** - No que se refere às orientações emanadas pelas normas internas da PMMG referentes a confecção de Sindicância Regular no âmbito da Instituição é correto afirmar que:

- A. ( ) Se houver participação de militares de comandos hierárquicos distintos, sendo o transgressor do 5º BPM, tendo uma vítima do CET, outra do RCAT e mais duas testemunhas do 1º BPM, todos militares da ativa da PMMG, a Sindicância deverá ficar, obrigatoriamente, a cargo da Corregedoria da Polícia Militar haja vista a participação de militares de Unidades distintas.
- B. ( ) Contado do recebimento da Portaria de uma Sindicância Reservada, regularmente desenvolvida, com dois Sindicados, em que não houve necessidade de abrir vistas para a Defesa Final – RED, em razão da incidência de causa de justificação apresentada na Defesa Prévia, sabendo-se que foram esgotados os prazos regulamentar, a prorrogação e a renovação, o Sindicante terá um prazo total de 80 dias corridos para concluir o seu trabalho.
- C. ( ) O Sindicante, quando precisar ouvir militar lotado em uma outra UEOp, precisa, obrigatoriamente, formalizar solicitação ao Comandante do depoente militar, sob pena de ser responsabilizado disciplinarmente por sua conduta.
- D. ( ) É possível haver a designação de um 1º Ten PM, como Sindicante, e um 2º Ten PM, como Escrevente, para proceder a elaboração de uma Sindicância Regular para apurar fato disciplinar envolvendo um outro 1º Ten PM da Reserva Remunerada da PMMG.

**19ª QUESTÃO** - Para concessão de recompensa a um militar da PMMG a autoridade competente deverá observar as orientações previstas em normas específicas da Instituição, inclusive o Código de Ética e Disciplina Militares – CEDM e no Decreto 42843/02, que prevê o seguinte:

- A. ( ) A concessão de recompensa é atribuição inerente ao grau hierárquico da autoridade competente.
- B. ( ) A pontuação obtida com a concessão de medalha terá validade por um período de dois anos, para fins de atenuantes de sanção disciplinar.
- C. ( ) A medalha Guimarães Rosa equivale a três pontos positivos.
- D. ( ) A Dispensa do Serviço poderá ser concedida por Comandante de Companhia, por um período máximo de até cinco dias.

**20ª QUESTÃO** – O Aspirante PM Silveirinha apresentou-se para o serviço de Guarda do Quartel, com 40 minutos de atraso, no dia 13 de junho de 2009, com sinais de embriaguez alcoólica. O Ten PM Franciscano, Oficial de Dia da Unidade, observou o ocorrido e confeccionou a devida comunicação disciplinar. A Seção de Recursos Humanos da UEOp, posteriormente, notificou o Soldado PM Silveirinha para que, no prazo legal, apresentasse suas razões escritas de defesa. Somando-se o prazo regulamentar para confecção da Comunicação Disciplinar (CD) com o destinado à apresentação das Razões Escritas de Defesa (RED) do militar tem-se um prazo total de:

- A. ( ) 10 (dez) dias corridos, sendo 5 dias corridos para confecção da CD e 5 (cinco) dias corridos para apresentação das RED.
- B. ( ) 10 (dez) dias, sendo 5 dias úteis para confecção da CD e 5 (cinco) dias corridos para apresentação das RED.
- C. ( ) 10 (dez) dias úteis, sendo 5 dias úteis para confecção da CD e 5 (cinco) dias úteis para apresentação das RED.
- D. ( ) 10 (dez) dias, sendo 5 dias corridos para confecção da CD e 5 (cinco) dias úteis para apresentação das RED.

**21ª QUESTÃO** - Sobre o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, instituído pelo Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, é correto afirmar que:

- A. ( ) Tratando-se de sanção disciplinar a ser aplicada pelo Corregedor, a um militar lotado numa UEOp da capital, deverá ser ouvido o Conselho que assessora ordinariamente a autoridade que irá aplicar-lhe a referida sanção.
- B. ( ) É possível, à luz do CEDM, designar um Soldado PM para compor um CEDMU.
- C. ( ) Os membros da Comissão devem, necessariamente, ser superiores hierárquicos ao militar que tiver seu ato sendo avaliado para fins disciplinares.
- D. ( ) O integrante do CEDMU deverá ser, necessariamente, designado por um período mínimo de um ano.

**22ª QUESTÃO** - Sindicância Regular encontra-se devidamente regulamentada na PMMG sendo correto afirmar a seu respeito o seguinte:

- A. ( ) Os pedidos de Prorrogação de prazo e de sobrestamento de uma Sindicância Regular podem ser concedidos durante um mesmo processo e não carecem de publicação em Boletim.
- B. ( ) Havendo recusa formal do Sindicato em apresentar defesa numa Sindicância Reservada, deverá o Sindicante providenciar defensor “ad hoc” para o Sindicato na etapa acusatória da Sindicância.
- C. ( ) Quando forem dois ou mais Sindicados, os prazos destinados à Defesa Prévia e Final deverão ser concedidos em dobro para os militares.
- D. ( ) O Sindicante, ao final dos trabalhos de apuração, verificando que qualquer testemunha militar da PMMG praticou transgressão disciplinar deverá tratá-la como Sindicato, ouvindo-a novamente, como acusado, em Termo de Depoimento, desconsiderando a oitiva anterior.

**23ª QUESTÃO** - Em conformidade com o entendimento doutrinário emanado pela Instrução de Corregedoria nº01/05-CPM é correto afirmar que a absolvição criminal somente elidirá a punição (sanção administrativa) nos seguintes casos:

- A. ( ) Excludente de culpabilidade e insuficiência de prova.
- B. ( ) Estar extinta a punibilidade e insuficiência de prova.
- C. ( ) Exclusão de ilicitude e obediência à ordem legal.
- D. ( ) Negativa de autoria e inexistência do fato.

**24ª QUESTÃO** – São exemplos de sanções disciplinares especificadas no Código de Ética e Disciplina dos militares do Estado de Minas Gerais:

- A. ( ) Advertência e Movimentação por Conveniência da Disciplina.
- B. ( ) Destituição de Cargo e Repreensão.
- C. ( ) Exoneração e Perda da Graduação do militar da reserva.
- D. ( ) Prestação de Serviço e Reforma Disciplinar Compulsória.

**25ª QUESTÃO** - No que se refere ao Procedimento Sumário é correto afirmar que:

- A. ( ) No Procedimento Sumário é vedada a designação de escrevente para auxílio dos trabalhos de apuração.
- B. ( ) Procedimento Sumário deve ser utilizado para apurar fatos de natureza disciplinar de menor gravidade ou de autoria incerta.
- C. ( ) O prazo para a apresentação das Razões Escritas de Defesa não poderá ser renovado por falta de previsão legal no Procedimento Sumário.
- D. ( ) As diligências solicitadas pelo Investigado, por ocasião das Razões Escritas de Defesa, não poderão ser negadas pelo Encarregado, em qualquer circunstância, para não ensejar prejuízos à ampla defesa e contraditório.

**26ª QUESTÃO** - A “atribuição de serviço cometida ao militar da Instituição (PMMG)” e o “conjunto de atribuições definidas por lei ou regulamento e cometido, em caráter permanente, a um militar”, de acordo com as suas normas estatutárias, são, respectivamente a definição de:

- A. ( ) Encargo e cargo.
- B. ( ) Cargo e atividade.
- C. ( ) Tarefa e cargo.
- D. ( ) Cargo e função.

**27ª QUESTÃO** - A movimentação do Oficial para comissão prevista nos Quadros de efetivo ou nos regulamentos, à luz do EMEMG, é denominada:

- A. ( ) Nomeação.
- B. ( ) Transferência.
- C. ( ) Classificação.
- D. ( ) Designação.

**28ª QUESTÃO** - O Memorando Circular nº 10745.2/02-CG trata de imposição de sanções por ato discriminatório. A respeito do referido assunto é correto afirmar que:

- A. ( ) A discriminação baseia-se exclusiva e especificamente em tratamento desigual que se dá a alguém em prejuízo de terceiro.
- B. ( ) As sanções decorrentes da prática de atos discriminatórios alcançam somente os encarregados do cumprimento das leis, mais especificamente os policiais civis e militares.
- C. ( ) Advertência é uma espécie de penalidade que poderá ser aplicada à pessoa jurídica de direito privado.
- D. ( ) O poder administrativo de polícia não pode, em hipótese alguma, interferir em eventuais limitações da liberdade do cidadão.

**29ª QUESTÃO** – Constante no Decreto-lei nº 1002/69 (Código de Processo Penal Militar), o Inquérito Policial Militar é a apuração sumária de fato, que nos termos legais configure crime militar, e de sua autoria.

A respeito do Inquérito Policial Militar (IPM), de acordo com as previsões do Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A designação de escrivão para o IPM constará obrigatoriamente da Portaria que o instaurar, recaindo em oficial ou graduado de posto ou graduação igual ou superior ao indiciado.
- B. ( ) O encarregado do IPM pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado, portanto, o Inquérito policial não é sigiloso.
- C. ( ) O IPM poderá ser dispensado, sem prejuízo das diligências requisitadas pelo Ministério Público, nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado.
- D. ( ) Sendo, o indiciado, Oficial da ativa, o encarregado do IPM será, no mínimo, um outro Oficial, mesmo que da Reserva (QOR), de posto igual ao do indiciado.

**30ª QUESTÃO** – Com referência ao enunciado abaixo, nas afirmativas que se seguem marque V para as verdadeiras e F para as falsas e, a seguir, assinale a alternativa que contenha a sequência de respostas CORRETA.

De acordo com a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, para determinar se a droga apreendida em poder de determinada pessoa destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá aos seguintes quesitos:

- ( ) à natureza e quantidade da substância apreendida;
- ( ) ao local e condições em que se desenvolveu a ação;
- ( ) à conduta e aos antecedentes do agente.;
- ( ) às circunstâncias sociais e pessoais.

- A. ( ) V – F – V – F
- B. ( ) F – V – F – V
- C. ( ) V – F – F – F
- D. ( ) V – V – V – V

**31ª QUESTÃO** – Nos Crimes contra a autoridade ou disciplina militar, capitulados no Decreto-lei nº 1001/69 (Código Penal Militar), verifica-se que os tipos penais ali contidos são caracterizados por condutas específicas, de claro entendimento.

Leia atentamente as assertivas abaixo, referentes a delitos previstos no Título dos Crimes contra a autoridade ou disciplina militar e, a seguir, assinale a alternativa CORRETA:

I – o delito de recusa de obediência (art 163) não admite concurso de pessoas porquanto, se houver co-autoria, a hipótese será de motim (art 149) ou revolta (art 149 § único).

II – o delito de desrespeito a superior (art 160) somente se configura se ocorrido diante de outro militar.

III – o militar que pratica ato que ultraje a Bandeira Nacional, hasteada na Prefeitura Municipal de sua cidade e na presença de dois ou mais civis, incorre no delito de desrespeito a símbolo nacional (art 161).

- A. ( ) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- B. ( ) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C. ( ) As assertivas I, II e III estão corretas.
- D. ( ) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**32ª QUESTÃO** – Em relação às atividades de Polícia Judiciária Militar desenvolvidas no curso do IPM, conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) Nos crimes definidos no Código Penal Militar, a ação penal será sempre pública, exceto nos crimes contra a honra, que será de ação penal privada.
- B. ( ) Todas as peças do IPM serão juntadas, por ordem de prioridade, com as folhas numeradas e rubricadas pelo respectivo Encarregado, quando inexistir Escrivão no procedimento.
- C. ( ) O prazo máximo para conclusão de IPM é de trinta dias, contados a partir da elaboração da portaria de instauração.
- D. ( ) A inquirição de testemunhas no IPM deverá acontecer em período que medie entre sete e dezoito horas, exceto caso de urgência, não podendo a inquirição se prolongar por mais de quatro horas consecutivas.

**33ª QUESTÃO** – Com base no Inquérito Policial Militar, conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, leia atentamente as assertivas seguintes, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas. A seguir, assinale a seqüência CORRETA das respostas.

- ( ) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas, e acareações é uma das atribuições do encarregado de IPM;
- ( ) o IPM é a apuração formal de fato que, nos termos da legislação vigente, configure crime militar, com eventual indicação de autoria, cuja finalidade precípua é a de ofertar às autoridades competentes elementos necessários à propositura da ação penal;
- ( ) na conclusão do IPM, o Encarregado dirá se houve ou não cometimento de crime, sendo vedado manifestar-se quanto à existência de infração disciplinar a ser considerada pela autoridade administrativa militar;
- ( ) concluído o IPM e remetido à Justiça Militar, poderá os autos retornarem para a realização de diligências complementares, caso o Representante do Ministério Público as requirite e o Juiz Militar as determine.

- A. ( ) V V F V
- B. ( ) F F V V
- C. ( ) V F V F
- D. ( ) V V F F

**34ª QUESTÃO** – Sobre o crime de Tortura, conforme previsto na Lei nº 9.455/97, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido contra agente público.
- B. ( ) Aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- C. ( ) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição definitiva para seu exercício.
- D. ( ) O crime de tortura é afiançável e insuscetível de indulto.

**35ª QUESTÃO** – Após estabelecer contato com alguns comerciantes da região onde desenvolve sua atividade profissional, o Tenente PM Spertino, em razão de sua função pública, exigiu para si indevida vantagem econômica. Por circunstância alheia à vontade do referido militar, o resultado econômico pretendido não foi alcançado. A vista deste enunciado é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O Ten praticou crime militar de peculato.
- B. ( ) O Ten praticou crime militar de corrupção ativa, na modalidade tentada.
- C. ( ) Sua conduta não se amolda ao CPM.
- D. ( ) O Ten praticou o crime militar de concussão.

**36ª QUESTÃO** – O Código Penal Militar elenca, dentre outros delitos, diversas condutas definidas como crimes contra o dever funcional, estando corretamente especificado o seguinte delito:

- A. ( ) Deixar, mesmo que fora do exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar, trata-se do crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução.
- B. ( ) Violação de sigilo funcional é o ato de revelar fato de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo, havendo ou não prejuízo para a administração militar.
- C. ( ) Patrocinar, diretamente ou indiretamente interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de militar, caracteriza o crime de patrocínio indébito.
- D. ( ) Crime de prevaricação é definido como retardar ou praticar, indevidamente, ato de ofício ou decorrente da função, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

**37ª QUESTÃO** - De acordo com o Código de Processo Penal Militar, no que se refere ao Inquérito Policial Militar (IPM), é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O IPM é iniciado mediante Despacho fundamentado da autoridade militar que possui comandamento sobre o militar que praticar delito de natureza militar.
- B. ( ) Se o indiciado estiver preso, o IPM deverá ser concluído no prazo de 20 (vinte) dias, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- C. ( ) Os peritos e intérpretes serão nomeados pelas partes envolvidas no IPM (indiciado e/ou vítima) e homologados pelo Juiz.
- D. ( ) O pedido de prorrogação de prazo do IPM deverá ser feito apenas após a terminação do prazo inicial para conclusão do inquérito.

**38ª QUESTÃO** – Um IPM realizado no 100º BPM foi remetido à Justiça Militar Estadual que, por sua vez, determinou o arquivamento dos autos em face da extinção da punibilidade, pela ocorrência da prescrição. Após o arquivamento do IPM, novas provas surgiram em relação ao mesmo fato. Neste caso, é **CORRETO** afirmar que:

- A. ( ) É possível instaurar novo IPM, tendo em vista que não houve julgamento de mérito sobre o fato e surgiram novas provas.
- B. ( ) Não é possível instaurar novo IPM, tendo em vista que os autos já haviam sido remetidos à Justiça Militar Estadual.
- C. ( ) É possível instaurar novo IPM, sendo iniciado mediante portaria em virtude de requisição do Ministério Público.
- D. ( ) Não é possível instaurar novo IPM, tendo em vista que ocorreu a extinção da punibilidade.

**39ª QUESTÃO** – Recentemente foi amplamente noticiada uma ocorrência policial, decorrente de fato ocorrido em uma partida de futebol entre Cruzeiro X Grêmio, onde um jogador do Grêmio teria chamado um jogador do Cruzeiro, em razão de sua cor, pela expressão “macaco”.

Imagine que um fato idêntico a este venha ocorrer no interior de um quartel, onde um militar, além de chamar outro militar, em função da sua cor, por “macaco”, ainda o atinja com uma cusparada. À luz da legislação penal militar tal fato configuraria crime de:

- A. ( ) Injúria Real.
- B. ( ) Calúnia.
- C. ( ) Difamação.
- D. ( ) Racismo.

**40ª QUESTÃO** – Um Ten QOPM, amigo íntimo de um Sargento pertencente a Unidade diversa da sua, ao redigir um Boletim de Ocorrência com envolvimento do referido Sargento PM, na condição de autor de delito, omitiu em declarar no mencionado documento as informações mais importantes que tinha conhecimento sobre a real situação da ocorrência, pois sabia que tal envolvimento acarretaria a submissão do graduado a um Processo Administrativo Disciplinar. Sabedor que tais informações deviam constar daquele documento e que, com seu ato estaria alterando a verdade sobre fato juridicamente relevante, o que, inevitavelmente, atentaria contra a administração militar, o Tenente ignorou os preceitos legais, contidos no Código Penal Militar, que tratam do crime de:

- A. (    ) Falsificação de documento.
- B. (    ) Corrupção ativa.
- C. (    ) Falsidade ideológica.
- D. (    ) Corrupção passiva.

----- corte aqui-----

**RASCUNHO – GABARITO**

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1  | 2  | 3  | 4  | 5  | 6  | 7  | 8  | 9  | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |